

OS IMPACTOS DA DESIGUALDADE SOCIAL NA QUALIDADE EDUCACIONAL E NA FORMAÇÃO DE OPORTUNIDADES ÀS CRIANÇAS CEARENSES

THE IMPACTS OF SOCIAL INEQUALITY ON THE EDUCATIONAL QUALITY AND ON THE FORMATION OF OPPORTUNITIES FOR CHILDREN IN CEARÁ

Érika Gonçalves Amorim

Resumo: Este artigo científico é apresentado como requisito parcial de aprovação na disciplina de Métodos do Trabalho Científico, no âmbito do curso de MBA em Governança e Gestão Pública da Escola Superior do Parlamento Cearense – UNIPACE. Tem como finalidade apresentar uma investigação dentro da área temática das Políticas Públicas Sociais, centrando no tema da educação na formação de oportunidades para as crianças do estado do Ceará. Dentro deste tema, escolheu-se como objeto de estudo a prioridade, por parte dos governos, de investimentos na primeira infância, fazendo uma interconexão entre ações intersetoriais na educação e no combate à desigualdade social. Utilizando uma abordagem fenomenológica com pesquisa documental, escolheu-se realizar estudo buscando compreender os problemas atuais potencializadores das desigualdades, no contexto da educação, no sentido de avaliar como a qualidade do desenvolvimento infantil integral impacta no nível de aprendizagem escolar das crianças cearenses e quais efeitos produz sobre o bem-estar individual e social. Para isso, delimitou-se o âmbito de investigação ao Estado do Ceará, mais precisamente avaliando a política pública Mais Infância Ceará, no eixo Aprender.

Palavras-chave: Desigualdade Social; Educação Básica; Ensino Público; Políticas Públicas; Primeira Infância.

Abstract: This scientific article is presented as a partial requirement for approval in the discipline of Methods of Scientific Work, within the scope of the MBA course in Governance and Public Management at the Escola Superior do Parlamento Cearense – UNIPACE. It aims to present an investigation within the thematic area of Social Public Policies, focusing on the theme of education in the formation of opportunities for children and adolescents in the state of Ceará. Within this theme, the priority chosen by governments for investments in early childhood was chosen as an object of study, making an interconnection between intersectoral actions in early childhood and the reduction of social inequality. Using a phenomenological approach with documentary research, we chose to carry out a study seeking to understand the current problems that potentiate social inequality, in the context of education, in order to assess how the

quality of integral child development impacts the level of school learning of children from Ceará and what effects it produces on individual and social well-being. For this, the scope of investigation was limited to the State of Ceará, more precisely evaluating the public policy Mais Infância Ceará, in the learning axis.

Key-words: Basic Education; Early Childhood; Public Education; Public Policy; Social Inequality.

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais são um tema recorrente no debate acadêmico e político, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Uma das áreas onde esse tema é mais evidente é o acesso à educação, que é um fator crucial para o desenvolvimento social de uma nação. Assim como defende James Heckman (2012), Prêmio Nobel de Economia e Professor da Universidade de Chicago, a primeira infância é o momento em que o ser humano pode estabelecer os fundamentos para o sucesso futuro em todas as áreas da vida, incluindo a educação, a saúde e a economia. Para o estudioso, o investimento nessa fase da vida é uma estratégia eficaz para o crescimento econômico de qualquer nação.

No estado do Ceará, as desigualdades sociais são particularmente acentuadas, com grandes disparidades entre as regiões rurais e urbanas, bem como entre os grupos socioeconômicos mais e menos privilegiados. Este artigo tem como objetivo examinar as principais causas dessas desigualdades no acesso à educação no Ceará e as estratégias que têm sido utilizadas para tentar superá-las, principalmente a partir dos primeiros anos de vida.

Para isso, serão utilizados dados e estudos recentes sobre o assunto por parte do Governo do Estado e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), bem como uma análise crítica da política educacional do estado, com foco no Eixo Aprender, do programa Mais Infância Ceará. O objetivo final é contribuir para um debate mais informado e construtivo sobre como melhorar o acesso à educação e reduzir as desigualdades sociais no Estado.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2020), o Ceará apresentou uma taxa de evasão escolar de 3,5% no ensino fundamental e de 6,1% no ensino médio. Essas taxas estão abaixo da média nacional, que foi de 4,2% no ensino fundamental e de 8,9% no ensino médio, ainda de acordo com o levantamento. No entanto, é importante ressaltar que a evasão

escolar ainda é um desafio para o estado, especialmente em algumas regiões e entre alguns grupos socioeconômicos. Além disso, a pandemia de COVID-19 afetou esses números em 2021, sendo preciso acompanhar de perto a situação para entender seus impactos na educação no Ceará.

Criado em 2015, o “Programa Mais Infância” do Governo do Estado do Ceará foi pensado para promover o desenvolvimento da primeira infância. Entre os destaques da iniciativa está a formação de educadores da primeira infância, por meio de cursos e capacitações voltadas para a pedagogia e a psicologia infantil.

A qualificação dos profissionais que cursam a educação infantil aprimora suas práticas, garantindo uma abordagem pedagógica mais adequada às necessidades das crianças. Desta forma, como defenderam Altair Fávero e Maire Fontana (2013):

Para que haja melhorias significativas na qualidade do ensino, deve, portanto, haver uma formação reflexiva dos professores. Estes, atuando de forma reflexiva, estarão atuando de forma dinâmica, e se tornarão capazes de construir uma visão crítica sobre suas ações, permitindo-lhes aceitar, adaptar ou ainda rejeitar ações. (FÁVERO e FONTANA, 2013, p. 6).

Ainda segundo o site oficial do governo do Ceará, são constantes os trabalhos em conjunto com organizações da sociedade civil para promover a participação dos pais e responsáveis no processo educacional, bem como para melhorar as condições de segurança nas escolas.

É importante usar como contexto a valorização da educação como uma ferramenta para a emancipação e a transformação social, buscando empoderar os alunos para que possam se tornar agentes de mudança em suas comunidades. Assim, pertinente a lição de Paulo Freire (1979, p. 75) quando disse que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Em seu entendimento, a educação pode ser uma ferramenta para a transformação social e a superação das desigualdades, desde que seja pensada como uma prática libertadora, capaz de promover a conscientização e a ação transformadora dos sujeitos.

Na abordagem da primeira infância, o programa “Mais Infância” trouxe o “Eixo Aprender”, uma iniciativa que busca promover o desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos, com foco na garantia do direito à educação e na valorização da primeira infância. Essa iniciativa engloba diversas ações e estratégias para fortalecer a educação infantil, incluindo o acesso de todas as crianças de zero a seis anos à

educação infantil de qualidade, por meio da expansão da rede de creches e pré-escolas e do aumento da oferta de vagas, e formação de professores e educadores, com a formação continuada de professores e pais da educação infantil e criação de espaços lúdicos e educativos.

Diante disso, o presente estudo apresenta resumido contexto social do Ceará, porém focando nas políticas públicas desenvolvidas para a evolução da educação e superação da pobreza como consequência desse investimento. Para isso, são pontuados programas de governo que contribuíram positivamente para a educação pública do Estado.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO NO CEARÁ

Antes do “Mais Infância”, por exemplo, algumas outras iniciativas do governo do Ceará focaram na área da educação. Entre elas, o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). A iniciativa tem como objetivo garantir que todas as crianças do estado aprendam a ler e escrever até os sete anos de idade. O programa inclui a formação de professores, a distribuição de material didático e a realização de avaliações periódicas dos alunos.

Com o objetivo de fortalecer o sistema de colaboração do estado com os municípios, o primeiro passo foi estimular os gestores municipais a criarem, por meio de lei, um comitê municipal intersetorial. Em seguida houve a orientação para realização do diagnóstico municipal da Primeira Infância, através do instrumento de diagnóstico municipal da primeira infância; desta forma, caberia aos municípios a coleta de dados secundários sobre indicadores de saúde, indicadores de educação e indicadores de assistência social.

O relatório também solicitou coleta com base em observação e registros do município quanto a locais de recreação e lazer, preservação do meio ambiente, principais sistemas de mobilidade para crianças, locais e tipos de comércio para consumo infantil e sistema de garantia de direitos.

O Estado apoiou os municípios na construção dos seus Planos Municipais da Primeira Infância (PMPI), através de seminários que tiveram a participação dos 184 municípios cearenses, representados por técnicos das secretarias de assistência social, educação, saúde e membros dos comitês e conselhos municipais da infância.

Foram realizados quatro seminários (três virtuais e um presencial) com o objetivo de dar conhecimento sobre a importância da primeira infância e com base nos estudos da neurociência, sociologia da infância e psicologia com foco no desenvolvimento infantil, bem como conhecer as diretrizes do Plano Nacional da Primeira Infância, sendo os municípios estimulados à criação de seus comitês intersetoriais e à percepção da importância de um Plano Municipal da Primeira Infância. Seguidamente, em parceria com o IFAN (Instituto da Infância), reuniram e apresentaram os dados secundários, a partir do instrumento de diagnóstico desenvolvido, com os seguintes indicadores: dados demográficos do município, com ênfase na população de 0 a 6 anos; indicadores de saúde; indicadores de educação; indicadores de assistência social.

No terceiro seminário, os diagnósticos municipais foram apresentados e, através da metodologia da árvore da primeira infância, cada município deveria construir sua própria árvore. No quarto seminário, os municípios deveriam construir a Matriz Lógica PMPI, com metas, indicadores de acompanhamento e resultados, período de ação e as diretrizes para a construção do Orçamento Primeira Infância, que seria apresentado no seminário conclusivo, realizado em dezembro de 2021. No Seminário Conclusivo, foi apresentada a Árvore da Primeira Infância do Estado do Ceará.

Os municípios foram desafiados, para no ano de 2022, a elaborarem a redação do Plano Municipal e aprovação pelo CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente), apresentação no legislativo e aprovação da Lei da Primeira Infância.

O investimento na educação é fundamental para o desenvolvimento social e econômico do estado e para a formação de cidadãos mais preparados e qualificados. De acordo com pensamento freiriano, a conscientização e a transformação social são possíveis por meio da educação. A educação não deve ser apenas um meio de transmitir conhecimento, mas sim de capacitar os indivíduos a serem agentes de mudança em suas comunidades e sociedades.

Segundo J. Fraser Mustard (2010), “os anos iniciais do desenvolvimento humano estabelecem a arquitetura básica e a função do cérebro”. O pesquisador dá ênfase às experiências da primeira infância e às consequências delas sobre a saúde física e mental na vida adulta. Para ele, há evidências de que as ações que estimulam o desenvolvimento nesse estágio têm forte impacto na aprendizagem da criança.

Para Anísio Teixeira (2011), a educação gera oportunidades para todos aqueles que a ela têm acesso, pois, nas palavras do autor, “é a única arma efetiva na luta contra a ignorância e o preconceito, na construção de uma sociedade justa e igualitária”. Outro fator importante, ainda conforme Anísio Teixeira (2011), consiste no fato de a educação poder proporcionar às pessoas maior acesso a recursos e oportunidades econômicas. Pessoas com maior nível educacional, portanto, têm mais chances de obter empregos melhor remunerados, acesso a programas de desenvolvimento profissional e, em geral, uma vida mais estável financeiramente. Desse modo, a educação é uma ferramenta essencial para gerar oportunidades e melhorar a vida das pessoas.

Conforme o Governo do Ceará, o estado possui a maior proporção de alunos em tempo integral matriculados na rede pública de ensino fundamental em todo o Brasil. Com 41%, o percentual é maior do que a média apresentada pelo país, que é de 14,4%. O dado faz parte do Censo Escolar da Educação Básica 2022, divulgado pelo INEP (2022).

Os dados de 2023 revelam que, com o Paic Integral, foram expandidas as ações do Programa de Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic), sendo adotadas estratégias para fortalecer o regime de colaboração entre estado e municípios por meio do fornecimento de apoio técnico, pedagógico e financeiro, a fim de possibilitar a implementação da política de tempo integral em todo o Ceará até 2026.

A respeito do assunto, Naércio Menezes Filho (2009, p.13) apontou que "a educação básica é o alicerce da formação de cidadãos críticos e preparados para atuar na sociedade, além de ser fundamental para o desenvolvimento econômico do país".

As desigualdades afetam mais as crianças pobres por diversas razões. Uma delas é que a pobreza cria barreiras sociais, econômicas e culturais que dificultam o acesso às oportunidades e recursos necessários para o desenvolvimento pleno das crianças. Além disso, a falta de acesso a serviços básicos, como saúde, moradia adequada e saneamento básico, pode levar a problemas de saúde e de desenvolvimento cognitivo e emocional nas crianças, comprometendo seu desempenho escolar e suas perspectivas futuras.

Autores como Pierre Bourdieu (2013), em sua obra “Os Herdeiros”, e Jessé Souza (2019), em “A Elite do Atraso”, argumentam que as desigualdades são resultado da estrutura social e econômica da sociedade, que favorece uma elite

detentora do poder e da riqueza e que mantém a exclusão das classes menos favorecidas.

Pierre Bourdieu (2013, p. 29 e 119) defendeu que o sistema escolar se tornou um agente eficaz de seleção e de legitimação das desigualdades sociais. Para ele, a metodologia educativa tende a funcionar como uma máquina de fabricar estudantes mal integrados e mal preparados, que se tornarão, na vida adulta, trabalhadores pouco qualificados e mal pagos.

Em âmbito nacional, Jessé Souza (2019, p. 54) foi além:

Não se trata apenas de acesso à boa escola, o que nunca existiu para as classes populares. Trata-se de se criticar a nossa herança escravocrata, que agora é usada para oprimir todas as classes populares independentemente da cor da pele, ainda que a cor da pele negra implique uma maldade adicional. Como esse mecanismo sociocultural de formação das classes sociais é tornado invisível, então o racismo da cor da pele passa a ser o único fator simbólico percebido na desigualdade do dia a dia. É importante, no entanto, que se percebam também as carências que reproduzem as misérias que são de pertencimento à classe, já que elas, ao contrário da cor da pele do indivíduo, podem ser modificadas. (SOUZA, 2019, p. 54).

Por sua vez, Michael Apple (1989) argumentou que a educação pode reproduzir as desigualdades sociais e ser utilizada como instrumento de dominação e controle. Nesse sentido, é importante considerar como as práticas educacionais podem reforçar ou questionar as hierarquias sociais e como a escola pode se tornar um espaço de transformação social e inclusão. Segundo o autor, “a educação precisa ser crítica e engajada politicamente, para combater as desigualdades sociais e promover a justiça social” (APPLE, 1989, p. 26).

Mais que ampliar espaços para os menos favorecidos e/ou mais vulneráveis, é preciso que o poder público, de forma definitiva, foque na oferta de educação a partir de capacitação para mestres e toda a comunidade escolar. Profissionais capacitados e bem pagos são estimuladores para as crianças e jovens que lidam com uma realidade social difícil, a elas imposta muito antes de nascer, assim como mais uma vez destaca Jessé Souza (2019, p. 103):

Na família dos excluídos, tudo milita em sentido contrário. Mesmo quando a família é construída com pai e a mãe juntos, o que é minoria nas famílias pobres, e os pais insistem na via escolar como saída da pobreza, esse estímulo é ambíguo. A criança percebe que a escola pouco fez para mudar o destino de seus pais, por que ela iria ajudar a mudar o seu? Afinal, o exemplo, e não a palavra dita da boca para fora, é o decisivo no aprendizado infantil. A brincadeira de um filho de servente de pedreiro é com o carrinho de mão do pai. O aprendizado afetivo aqui aponta para a formação de um trabalhador manual e desqualificado mais tarde. (SOUZA, 2019, p. 103).

Desafios esses encarados não só pelas figuras públicas que impactam e criam políticas sociais, mas por toda a sociedade com consciência de classe.

3. OS DESAFIOS IMPOSTOS

Michael Apple (1992, p. 26) defendeu que “a educação precisa ser crítica e engajada politicamente para combater as desigualdades sociais e promover a justiça social”. São, todavia, muitos os desafios associados ao acesso à educação no País. Apesar disso, de acordo com relatório do UNICEF, o Nordeste se apresenta como um destaque positivo na equidade das faixas de acesso à escola por cor ou raça.

Ainda segundo o mesmo relatório, a defasagem da frequência escolar de crianças pretas, pardas e indígenas de quatro a cinco anos e de crianças brancas e amarelas era de 1,2 pontos percentuais, representando a menor taxa do Brasil.

Apesar dos avanços, ainda há desafios a serem enfrentados na educação pública cearense, como a melhoria da infraestrutura das escolas e a redução da evasão escolar. A questão das crianças fora da escola é um desafio em todo o mundo, e o Ceará não é exceção. Apesar dos esforços do governo para garantir o acesso à educação, ainda existem crianças e adolescentes que não frequentam a escola no estado. Segundo dados do UNICEF, apresentados pelo portal de notícias G1 (2021), cerca de 135 mil crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos estavam fora da escola no Ceará, consequência das diversas desigualdades e falta de acesso à rede de educação adequada desde a primeira infância, fato que se reflete nas estatísticas.

Existem diversos fatores que podem levar as crianças a ficarem fora da escola, como a pobreza, a falta de transporte, a necessidade de trabalhar para ajudar a família, a falta de vagas, entre outros. Além disso, a pandemia de Covid-19 também agravou a situação, com o fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto, que dificultou ainda mais o acesso à educação para algumas famílias.

Por outro lado, não basta ir à escola. É preciso acessar o conhecimento e viver o ambiente escolar como um todo. Para Miguel González Arroyo (2000), a escola tem papel singular no combate à exclusão social, e para isso é preciso focar na formação de professores, sendo ainda de grande importância a participação da comunidade na gestão escolar.

A escola deve acolher e incentivar a diversidade cultural e social, garantindo o acesso ao conhecimento e à cidadania a todos os alunos. Jessé Souza (2019, p. 131)

entende que a concentração de poder e riqueza no Brasil afetam as oportunidades das classes menos favorecidas, ao expor que “a elite brasileira se protege em uma bolha social, cultural e econômica, que a isola do restante da população e impede que ela perceba a realidade do país”.

Por sua vez, Menezes Filho (2009, p. 68) reconhece que a Educação Infantil tem sido negligenciada pelos governos e pela sociedade, o que tem levado a altas taxas de evasão e baixa qualidade do ensino, pontuando que “a qualidade dos professores é fundamental para a melhoria da Educação Infantil, mas é preciso investir em formação continuada e melhores condições de trabalho para atrair e reter profissionais qualificados”.

Menezes Filho (2009, p. 91) complementa seu argumento percebendo que a ampliação do acesso à Educação Infantil é um desafio importante para o Brasil, mas que para alcançar êxito nessa missão seria preciso garantir também a qualidade dos serviços oferecidos, com estrutura apropriada, profissionais capacitados e materiais pedagógicos adequados. Segundo o supracitado autor, “o investimento em educação básica é uma escolha estratégica para o desenvolvimento econômico do país, e pode gerar retornos significativos em termos de crescimento e redução das desigualdades”.

O Programa “Mais Infância Ceará”, através do envolvimento de representantes das três instâncias de poder (federal, estadual e municipal) e de universidades, associações comunitárias, fundações e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), tem atuado desde 2015 no estado do Ceará, tornando-se política pública permanente em março de 2019, através da aprovação de lei na Assembléia Legislativa. Em 2021, a Lei 17.380 aprimorou o referido programa e incluiu o “Cartão Mais Infância”, atendendo atualmente 150 mil famílias e que, de 2017 a 2022, investiu mais de R\$ 424 milhões, garantindo o valor de R\$ 100, mensalmente, às famílias contempladas no programa, com o objetivo de reduzir a pobreza infantil e a desigualdade social por meio de auxílio na alimentação, saúde e lazer. Sabe-se que o recurso é um respiro em meio à fome e às desigualdades sociais dessas famílias. Como política assistencialista, requer também mais investimentos em ações que permitam a ampliação dos espaços não apenas para essas crianças, mas também para seus pais e mães.

4. CONCLUSÃO

Atuar na primeira infância merece ser considerada ação fundamental em qualquer estratégia de combate estrutural à pobreza e desigualdade social, tanto por seus efeitos imediatos quanto pelos desdobramentos sobre o processo de acumulação de capital humano. Na maioria das sociedades, a educação infantil tem sido uma das formas mais comuns de atuar nesta faixa etária, mostrando-se um tipo de investimento com taxas de retorno sociais particularmente elevadas.

No processo de combate às desigualdades, os investimentos no desenvolvimento da primeira infância (DPI) se traduzem em economia considerável de custos e em ganhos de eficiência nos setores de saúde e educação, visto ser mais provável que as crianças beneficiadas pelos serviços de DPI sejam saudáveis, tenham mais disposição e efetivamente aprendam mais e melhor. Nesse sentido, o desenvolvimento da primeira infância significa ferramenta efetiva para melhorar no longo prazo a saúde e a educação, interrompendo a transmissão intergeracional de pobreza.

Até aqui, percebe-se que educação e pobreza (e até mesmo a riqueza) estão fortemente ligadas, sendo a escolarização um dos temas de interesse da economia. A universalização do acesso à educação nas sociedades por meio da escolarização tem sido apontada como uma das principais causas da riqueza e da prosperidade das nações. Nesse contexto, a primeira infância tem papel de destaque, sendo os investimentos no aprendizado durante esse período uma estratégia essencial para o crescimento econômico e social dos países.

O estudo “Desigualdades e impactos da covid-19 na atenção à primeira infância”, organizado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2022), em parceria com o Itaú Social e o UNICEF, com apoio da Unidme e do Congemas (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social), calculou as Taxas de Matrícula Bruta (TMB) na educação infantil e pré-escola para todos os estados, destacando os impactos da pandemia para o indicador. Embora o estudo contemple também as creches, apresentam-se aqui apenas os resultados da pré-escola.

Contatou-se queda da TMB na pré-escola durante a pandemia, que ficou em 83,7% em 2021. De 2019 a 2021, a retração foi de 4,1 p.p. Em números absolutos, a redução no número de matrículas foi de aproximadamente 315 mil entre 2019 e 2021, sendo 275 mil apenas em 2021.

Os governos estaduais e a União, por sua vez, precisarão contribuir com um regime de colaboração com os municípios, de modo a investir os recursos necessários para atender com qualidade a todos os grupos sociais de forma igualitária e equânime.

Um plano emergencial voltado à Educação Infantil – considerando a universalização pretendida no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e os impactos da pandemia – precisa ser um compromisso articulado por diversos setores da sociedade e com o engajamento de todos os entes federados, com o objetivo de que nenhuma criança fique para trás.

Assim como define o UNICEF, é preciso planejar a expansão de vagas, com especial atenção para atender as localidades em que residem os públicos mais vulneráveis identificados neste estudo; identificar e localizar as crianças que não estão matriculadas na pré-escola ou que estão em situação de evasão, utilizando estratégias como a Busca Ativa Escolar; sensibilizar as famílias para a importância da educação infantil de qualidade enquanto direito da criança e etapa com objetivos específicos de aprendizagem, com ênfase na obrigatoriedade da pré-escola e articulação de ações intersetoriais, tanto no nível da gestão quanto nos profissionais que atuam na ponta, para que as secretarias de saúde, assistência social e educação trabalhem conjuntamente na promoção do direito à pré-escola às crianças.

Tais ações devem contribuir para a efetivação do regime de colaboração, conhecendo quais programas e políticas federais e estaduais estão ativos para a educação infantil e em quais o município pode ser participante, além de demandar destes entes uma maior participação no regime. A escola é uma porta para o saber; é também um espaço de combate à fome e uma janela de oportunidades para crianças e conseqüentemente famílias.

Todos esses argumentos expõem o que é claro na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205: “a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, direito a ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Em 1990 foi elaborado e aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, resultado do trabalho de setores organizados da sociedade. O ECA chegou para assegurar direitos fundamentais, inerentes à pessoa humana, às crianças e adolescentes, estabelecendo o dever de proteção integral, visando assegurar todas

as oportunidades e facilidades, facultando o acesso à educação e o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Diante do exposto, é notório que é papel dos governos garantir que crianças e jovens, filhos das classes populares, sejam efetivamente assumidos como sujeitos de direitos. Para isso, esse público deve participar de projetos educativos que promovam protagonismo social e processos de emancipação.

Através desses caminhos, o Ceará conseguirá escrever um futuro que revele outras estatísticas e outros cenários sociais. Para tanto, é fundamental priorizar a primeira infância e o investimento em escolas de tempo integral a partir do primeiro ano de vida, promovendo formação integral e o pleno desenvolvimento humano no campo das ciências, das artes, da cultura, das tecnologias e mídias, do esporte, dentre outros.

Citando Raffi Cavoukian, fundador do Centre for Child Honouring que acertadamente disse: “se mudarmos o começo da história, mudamos a história toda.” Precisamos investir na Primeira Infância, prioritariamente, até que não aja mais nenhuma criança sem acesso ao possível desenvolvimento integral e integrado e desta forma escrever novas histórias para as crianças do nosso Ceará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARROYO, Miguel González. **Ofício de Mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: EDUFSC, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

CEARÁ. **Mais infância Ceará**: De programa a política pública permanente. Fortaleza: SEDUC, 2022. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Livro-Mais-Infancia-DIGITAL.pdf> Acesso em: 10 mar. 2023.

FÁVERO, Altair Alberto, FONTANA, Maire Josiane. **Professor reflexivo: uma integração entre teoria e prática.** Revista de Educação do IDEAU. Janeiro-Junho 2013. 14 págs. Disponível em: https://www.caxias.ideau.com.br/wp-content/files_mf/de946928fc01518999bb019ba65f89a830_1.pdf Acesso em: 11 mar. 2023.

FRANCO, Luiza. **BBC News São Paulo – Brasil.** Investir em educação para a primeira infância é melhor 'estratégia anticrime', diz Nobel de Economia. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48302274/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Desigualdades na garantia do direito à pré-escola,** 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22516/file/desigualdades-na-garantia-do-direito-a-pre-escola.pdf/> Acesso em: 12 mar. 2023

G1. Número de crianças e adolescentes fora da escola aumentou em 170% no Ceará em 2020, de acordo com Unicef, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/04/29/numero-de-criancas-e-adolescentes-fora-da-escola-aumentou-em-170percent-no-ceara-em-2020-de-acordo-com-unicef.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2023.

HECKMAN, James J. **Investir no desenvolvimento da primeira infância:** reduzir déficits, fortalecer a economia. Disponível em: <https://heckmanequation.org/resource/investir-no-desenvolvimento-na-primeira-infancia-reduzir-deficits-fortalecer-a-economia/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

INEP. **Censo escolar da educação básica,** 2020. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjw__G9mID_AhVQBLkGHfqCCJYQFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Fdownload.inep.gov.br%2Fpublicacoes%2Finstitucionais%2Festatisticas_e_indicadores%2Fresumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf&usg=AOvVaw3buUdDUdZ0-KCoAe2HltGS. Acesso em: 17 mar. 2023.

INEP. **Censo escolar da educação básica,** 2022. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiz7sedmID_AhVECtQKHTsfAQgQFnoECA8QAQ&url=https%3A%2F%2Fdownload.inep.gov.br%2Fareas_de_atuacao%2Fnotas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2022.pdf&usg=AOvVaw3sB0kwtNsT7VUNvul0t1KI. Acesso em: 17 mar. 2023.

MENEZES FILHO, Naércio. **Educação básica no Brasil:** construindo o país do futuro. 1ª Edição. São Paulo: Editora Elsevier. 2009.

MUSTARD, J. Fraser. **Enciclopédia sobre o desenvolvimento na primeira infância.** Desenvolvimento cerebral inicial e desenvolvimento humano, 2010. Disponível em: <https://www.encyclopedia-crianca.com/importancia-do-desenvolvimento-infantil/segundo-especialistas/desenvolvimento-cerebral-inicial-e>. Acesso em: 15 mar. 2023.

NOBRE, Mirla. **Jornal O Povo – 08 nov. 2022**. Cartão Mais Infância: 150 mil famílias no CE recebem benefício para reduzir pobreza infantil. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2022/11/08/cartao-mais-infancia-150-mil-familias-no-ce-recebem-beneficio-para-reduzir-pobreza-infantil.html> Acesso em: 11 mar. 2023.

POLO, Felipe; SANTOS, Daniel. Rede Nacional de Ciência para Educação. **Conecta:** educação na primeira infância; um investimento de alto retorno. Disponível em: <https://cienciaparaeducacao.org/blog/2016/06/23/conecta-educacao-infantil-investimento-de-alto-retorno/> Acesso em 10 mar. 2023.

SAMPAIO, Juliana. Portal do Governo – Notícias. **Ceará tem maior proporção de alunos do ensino fundamental em tempo integral no Brasil**. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2023/02/08/ceara-tem-maior-proporcao-de-alunos-do-ensino-fundamental-em-tempo-integral-no-brasil/> Acesso em 8 mar. 2023.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011

TEIXEIRA, Marco Antônio P. **A experiência de transição entre a universidade e o mercado de trabalho na adulez jovem**. Tese de Doutorado. UFRS. 2002. 168 págs. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4007> Acesso em: 08 mar. 2023.